



ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

Gabinete do Bastonário

DESPACHO

Kyabondo Njimbu Deman, é cidadão de nacionalidade congoleza, tendo-se inscrito e posteriormente iniciado o estágio profissional na Ordem dos Advogados de Moçambique, no grupo de estágio que teve início a 19 de Novembro de 2007.

Analisando os documentos relevantes para o caso, constantes do seu processo individual, constata-se o seguinte:

- O estagiário é cidadão da República Democrática do Congo e reside actualmente na cidade de Chimoio.
- Que requereu asilo político na República de Moçambique, encontrando-se sob protecção do INAR/ACNUR.
- Que em 2002 adquiriu o grau de Licenciatura em Direito Privado e Judicial pela Universidade de Lumbumbashi, na República Democrática do Congo.
- Que em 26 de Dezembro de 2003, foi-lhe reconhecido o grau de Licenciatura em Direito Privado e Judicial, pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, para efeitos de continuação de estudos, provimento em cargo público e exercício de actividades profissionais.
- A 15 de Junho de 2007 requereu ao Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique a sua inscrição para o estágio profissional.
- A 21 de Novembro do mesmo ano escolheu o Dr. Anastácio Miguel Ndapassoa como patrono para o estágio.
- Por despacho de 28 de Novembro de 2007, veio o lustre Bastonário da ordem pronunciar-se nos seguintes termos:

Visto.

Integrá-lo imediatamente no grupo cujo estágio teve início no dia 19/11/07.

Comunique-se ao interessado e ao respectivo patrono.

O exercício da profissão por estrangeiro é regulado no artigo 122/2 do Estatuto da Ordem, aprovado pela lei nº 7/94 de 14 de Setembro, que rege que os estrangeiros diplomados por qualquer faculdade de direito dos respectivos países, podem inscrever-se na Ordem desde que haja acordos

governamentais que estabeleçam regime de reciprocidade e que satisfaçam os requisitos estipulados pela Ordem.

O visado é estrangeiro, diplomado por faculdade de direito do respectivo país, não existindo nem acordo governamental que estabeleça regime de reciprocidade.

Não preenchia pois os requisitos legais para ser inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique.

Outrossim, a admissão de advogados e advogados estagiários é competência do Conselho Directivo, à luz do preceituado no artigo 31/2-a) do Estatuto da Ordem, aprovado pela lei nº 7/94 de 14 de Setembro.

No caso vertente, a admissão do estagiário foi feita por órgão diverso do competente, designadamente pelo Bastonário.

A inscrição do estagiário e o conseqüente ingresso no estágio profissional está inquinada de dois vícios: (i) violação da lei e (ii) incompetência.

Sendo que no caso do primeiro vício, a violação da lei, a consequência é a nulidade do acto praticado.

A alínea b) do artigo 26 do Estatuto da Ordem, aprovado pela lei nº 7/94 de 14 de Setembro refere que compete ao Bastonário zelar pelo cumprimento da legislação respeitante à Ordem.

Tudo visto, cumpre decidir.

Nestes termos, decido declarar nula a inscrição do jurista Kyabondo Njimbu Deman e de igual forma todos os actos posteriores praticados pela Ordem no âmbito do estágio, com as legais cominações.

Comunique-se ao visado, ao seu patrono, ao Delegado da Ordem responsável por Sofala e Manica, ao Juiz-Presidente do Tribunal Judicial da Província de Manica, ao Procurador Provincial-Chefe da República de Manica, ao Comandante Provincial da PRM de Manica e ao Director da PIC.

Maputo, a 16 de Maio de 2008.

O BASTONÁRIO

Gilberto Correia